

No topo da lista estão os endividados por empréstimo (29,3%); logo após por compras no varejo (27,44%), dívidas de cartão de crédito (21,8%), contas de luz, água, telefone e/ou gás (18,8%) e cheque especial (3,76%). No que se refere à renegociação de dívida, a pesquisa revela que 73% das dívidas renegociadas não são quitadas por seus devedores, com um valor médio de dívidas não pagas de R\$ 1.348,31.

O endividamento é apontado pelos colaboradores entrevistados devido a gastos inesperados (50,62%) – como uma emergência médica ou um reparo inesperado, por exemplo -; custos mensais mais altos que o salário (22,05%); impulso na hora de gastar (14,91%); por deixar a rotina financeira em segundo plano (14,91%); ou por ter dificuldade com os números e cálculos (7,14%).

Ainda segundo o estudo, 79% das pessoas empregadas não possuem sobra de recursos no final do mês. A falta de recursos disponíveis impede que as pessoas poupem, deixando-as cada vez mais vulneráveis ao endividamento.

Dentre os brasileiros empregados que estão endividados, 86% recorrem a empréstimos. Recorrer a empréstimos para pagar despesas básicas é um claro sinal de que muitas pessoas estão vivendo acima de suas possibilidades financeiras.

Mais da metade (57%) dos entrevistados empregados afirmam que possuem algum tipo de restrição no CPF. As restrições no CPF são resultados de dívidas em atraso ou pendências financeiras, que podem prejudicar a imagem da pessoa diante de bancos e instituições financeiras, e impedir o acesso a ofertas de crédito mais saudáveis.

De acordo com o levantamento, 44% dizem não ter a quem recorrer em casos de emergência e 26% afirmam contar com recursos emergenciais e, neste caso, para três meses apenas.

Em relação ao empréstimo, a pesquisa da Pilla revela que os colaboradores recorrem, em primeiro lugar, ao cartão de crédito (40,87%).

Por fim, o levantamento mostra que mais de 60% dos profissionais endividados têm expectativas de quitar as suas dívidas pessoais ainda este ano, com 40% destes buscando pagá-las em seis meses. No entanto, cerca de 6% dizem que não vão conseguir fazê-lo.

De acordo com o Banco Central, a taxa de inadimplência das famílias com recursos livres subiu de 6,05% para 6,17% entre os meses de março e abril. É importante destacar que os dados anteriores foram revisados e nos últimos três meses, de fevereiro a abril, a taxa oscilou, mas se manteve numa tendência de alta. Em comparação ao mês de abril do ano passado, a taxa está num patamar 22,4% maior e essa elevação foi antecipada pela curva de longo prazo do indicador da Boa Vista de Registros de Inadimplentes. Em 12 meses acumulados o indicador aponta um crescimento de 20,9%.

A taxa de inadimplência poderá permanecer por mais tempo em patamar mais elevado reflete no spread bancário, que subiu de 45,54 para 47,10 pontos percentuais entre os meses de março e abril. Essa variação foi responsável pelo aumento na taxa de juros média cobrada das famílias nas operações com recursos livres, de 58,61% para 59,68% no mesmo período. Por outro lado, o custo de captação recuou de 13,07% para 12,58%. A concessão desses créditos subiu 1,1% na comparação mensal dos dados dessazonalizados, mas se manteve numa trajetória de crescimento desacelerado e agora aponta alta de 15,7%, ante 18,0% até o mês de março. Tais variações foram antecipadas pelo indicador da Boa Vista de Demanda por Crédito do Consumidor referente ao segmento financeiro, que havia apontado alta de 0,5% no mês e que no acumulado em 12 meses aponta um crescimento de 14,8%.

Fonte: [Forluz](#), em 06.06.2023.